



COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT  
PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DECISÕES DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2009  
09 DE JULHO DE 2009

**Apresentação Inicial**

Márcia Bassit, Secretária Executiva do Ministério da Saúde - SE/MS, inicia a reunião agradecendo CONASS e CONASEMS por terem atendido à convocação da Reunião Extraordinária. Parabeniza a Secretaria de Vigilância à Saúde, CONASS e CONASEMS pelo processo qualificado de elaboração e construção tripartite do documento Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue. Divulga o lançamento oficial do documento pelo Ministro Temporão no Auditório Emílio Ribas, após a tripartite.

Informa sobre mobilização que será feita junto ao Congresso Nacional, com representantes do CONASS e CONASEMS, em função da luta pela regulamentação da Emenda Constitucional 29. Relata a batalha que ocorreu no encaminhamento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, em função da inclusão de dispositivo no artigo 51, destinando R\$480.000.000,00 referentes à manutenção de hospitais universitários, como ações e serviços de saúde, e que foi retirado após negociação e atitude firme do Ministro Temporão.

Eugênio Pacceli de Freitas Coelho, Secretário Estadual de Saúde de Tocantins e Presidente do CONASS manifesta preocupação do CONASS com a forma com que está sendo conduzida a questão da implantação das UPAs pelo Ministério da Saúde, o que fragiliza a estratégia e os gestores estaduais. Informa que o CONASS foi convidado pelo CONASEMS para participar de uma oficina sobre UPAs e que a questão vem sendo tratada de forma isolada, ora com os municípios, ora com os estados e até mesmo com as secretarias-executivas das CIBs. Solicita que essa discussão seja coletiva e tripartite, como forma, inclusive, de fortalecer e induzir a implantação das UPAs.

Márcia Bassit/SE/MS pontua a portaria das UPAs, onde se estabeleceu que a pactuação deve ser tripartite. Informa orientação do Presidente da República de que o assunto fosse tratado direto com municípios e reforça que isso não exclui a articulação com as Secretarias Estaduais de Saúde e, principalmente, a construção tripartite.

Antônio Carlos Nardi, Secretário Municipal de Maringá/PR e Presidente do CONASEMS reforça a necessidade da discussão e construção ser tripartite e isso implica em mudança na condução que vem sendo dada pela equipe do Ministério da Saúde. Como resultado disso, ainda não foi implantada nenhuma UPA.

## Decisões / Encaminhamentos

### 1. Discussão e Pactuação

a) Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue. SVS.

**a) Pactuada portaria que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue.**

Gerson Penna, Secretário de Vigilância em Saúde - SVS/MS, contextualiza o processo de elaboração do documento e ressalta o trabalho intenso do Grupo de Trabalho da Vigilância em Saúde – GT/VS. Cita ainda a incorporação de práticas exitosas de estados e municípios, que contribuíram para a definição das estratégias contidas no documento.

Apresenta minuta de portaria que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Dengue – pactuada mediante consenso com Conass e Conasems.

Segue então com a apresentação das linhas gerais do documento, com ênfase nas ações a serem implantadas e na importância da intersectorialidade. Ressalta a importância da Atenção Primária na prevenção e controle das epidemias de Dengue, tendo em vista a classificação de riscos ser essencial na operacionalização da linha de cuidados.

Eugênio Pacelli de Freitas Coelho/SES-TO/CONASS, parabeniza a todos, reforçando que o grande mérito é a construção coletiva da proposta. Chama a atenção para o cuidado que os gestores devem ter na divulgação de número de casos de dengue para não haver divergência de informações, o que fragiliza o SUS. Considera oportuna a replicação da estratégia utilizada na pandemia de influenza A para a divulgação dos dados à imprensa, com a proposta de se aguardar os dados oficiais do Ministério da Saúde. Destaca a integração e interface entre a atenção primária e a vigilância, refletida na proposta e seu potencial para otimizar os recursos.

Antônio Nardi/SMS de Maringá-PR/CONASEMS parabeniza a todos pelo documento produzido, enfatizando que a construção coletiva evita desencontros e fortalece o Sistema Único de Saúde.

Gerson Penna /SVS/MS sinaliza para o trabalho que será desencadeado a partir de agosto pelo GT-VS, no sentido de rever a forma contábil de controle de recursos, que foi adequada para certo momento, mas que não cabe mais para a realidade de hoje.

Jurandi Frutuoso/CONASS chama a atenção para o momento atual, em que lutamos por mais recursos para a saúde e pela regulamentação da EC-29, sendo que devemos também lutar para não perder o que já estava assegurado, fazendo referência à situação de votação da LDO de

2010, citada por Márcia Bassit/SE/MS no início da reunião.

René Santos/CONASS reafirma o que foi dito em relação à qualificação e integração entre Atenção Primária e Vigilância, lembrando da necessidade de se voltar com a discussão tripartite sobre o componente hospitalar da Urgência e Emergência, conforme acordado quando da pactuação da portaria das UPAs, e que contribuirá para o êxito no controle da dengue, na medida em que se evita óbitos e intercorrências mais graves.

Heloiza Machado/SVS/MS afirma que a partir de agosto o GT- VS terá um trabalho intenso de revisão do arcabouço legal da vigilância em saúde, e agradece Marcos Franco/CONASEMS e Nereu Ramos/CONASS, que não mediram esforços na construção do documento.

Eugênio Pacceli de Freitas/SES-TO/CONASS parabeniza Ministério da Saúde, afirmando que “estamos cúmplices, ombreados e afinados” nesta construção.

Gerson Penna/SVS/MS encerra reunião reafirmando a riqueza deste processo, onde todos tiveram que abrir mão de práticas históricas e arraigadas, em prol de uma construção coletiva e tripartite.